

Romantismo e Pensamento Político no Brasil Durante a Segunda Metade do Século XIX: a obra de José de Alencar e o projeto de nação brasileira¹

Giovanna de Godoi Liguori Imbernon

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – IFCH/ UNICAMP

gg.imbernon@gmail.com

Resumo: A proposta deste artigo é resgatar no universo do pensamento político brasileiro, as reflexões do romancista e político José de Alencar cujas obras compõem um dos grandes legados sobre a formação da nação brasileira. De romances indianistas a obras sobre o governo representativo, os debates nos quais esteve presente discutiram as transformações políticas e sociais durante o Segundo Reinado, assim como engrandeceram as discussões acerca de temas como democracia, representação política e escravidão.

Autor de romances como “O Guarani” (1857) e “Iracema” (1865), Alencar buscou, com um movimento de regresso às raízes de um Brasil anterior à colonização, os elementos a serem contemplados em seu projeto de construção e afirmação da identidade de um país há pouco tempo independente e de grandes promessas no cenário econômico. Suas obras destacam uma dimensão política inspirada no liberalismo, especialmente nas obras de John Stuart Mill, mas ainda muito conservador socialmente, como sua posição antiabolicionista. Busca-se com esse artigo, portanto, apresentar um panorama de sua obra, enfatizando a relação ente literatura e política dentro de um projeto político maior, o de formação de uma nação “genuinamente brasileira” e, ao mesmo tempo apresentar as discussões teóricas desse contexto político em questão.

Palavras-chave: José de Alencar; Nação; Política.

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014.

Introdução

O tema a ser tratado neste artigo deriva de minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento, acerca das obras políticas do autor e romancista, José de Alencar, e como ele apresenta em seus textos um projeto político nacional. Nestes termos, a proposta que aqui se pretende atender é de resgatar no universo de suas obras romântico-literárias e no conjunto de seu pensamento político as diretrizes alencarianas para a formação não somente de um projeto político de construção da nação, mas os elementos artísticos e culturais que contribuíram para a composição de tão rico e complexo programa nacional.

O período sobre qual debruçar-me-ei, corresponde à segunda metade do século XIX, o qual fora cenário de acalorados debates sobre literatura e política. Nele, grandes expoentes foram produzidos nesses dois campos, sendo José de Alencar um deles. Seu talento para as letras não o limitou aos romances, tornando-se importante ator político, assim como detentor de uma vasta produção teórica e intelectual nesse campo. Ao lado de Joaquim Nabuco, Visconde do Uruguai, Tavares Bastos e outros importantes intelectuais e políticos do período, Alencar guiou o Brasil à sua *independência intelectual*, não em um processo de varredura das influências europeias pura e simplesmente, nem de sua manutenção. No entanto, deu forças para que aqui se compusesse um tipo específico de pensamento político, assim como uma particular produção literária. O clima de um país há pouco tempo independente dá o tom das discussões pelas o autor brasileiro se interessará, movimentando seu espírito crítico imensamente preocupado com as questões de seu país.

O conjunto de suas obras é um projeto de nível abrangente, isto é, a elaboração de seus romances obedecia a um objetivo comum ao de sua carreira e obras políticas: a formação da nação brasileira. Destacou-se como romancista, mas teve grande atuação como jornalista e na esfera política. Muitos desconhecem as outras faces do escritor cearense, cuja carreira marcada por produções como “O Guarani” (1857) e “Iracema” (1865) acabou por esconder, ou não destacá-lo como autor de outras obras de igual importância, como “Ao povo: cartas políticas de Erasmo” (1866) e “Sistema Representativo” (1868) cujo teor político converge à proposta de elaboração de uma teoria aliada à prática política. Esse desconhecimento ou distanciamento de suas obras políticas pode decorrer de uma dificuldade que há em compreendê-las, pois se situam em um contexto histórico muito específico, porém, são de grande competência em

recuperar o panorama político imperial, como ressalta Tâmis Parron ao descrever o conjunto de obras políticas do autor. (José de Alencar escritos políticos, Brasiliana Digital - USP).

Essa faceta política do autor atraiu olhares de contemporâneos pesquisadores, como Wanderley Guilherme dos Santos e Ricardo Rizzo, em cujas obras se percebe a curiosidade intelectual em resgatar o autor e trazê-lo de volta aos debates atuais. Deve-se em parte – esse movimento de resgate – ao teor das discussões que Alencar propõe. Como grande exemplo, temos “Sistema Representativo” (1868), no qual o autor desenvolve uma peculiar análise sobre a situação do sistema político brasileiro com ênfase nas diretrizes do sistema eleitoral e, ao mesmo tempo, observa-se sua preocupação em discutir a cidadania e aspectos da democracia que se refletiam diretamente nos campos político e social. Temas, estes, que sempre nos são pertinentes nas discussões contemporâneas e seu resgate nos traz a chance de rever e reavaliar propostas e desenvolver soluções para problemas tanto relacionados à representação política, como à democracia.

Sua proposta de realizar uma reforma do sistema eleitoral, com o objetivo de recuperar os preceitos das *democracias originárias*², seria a solução para um país em crise de seu sistema político. Tal crise, decorrente de um descompasso entre o propósito democrático de governo e os métodos de seleção de representantes e participação políticos adotados, desfiguraria seu eixo fundamental do sistema representativo brasileiro, através da representação inadequada das minorias. Ainda no sentido de manutenção do caráter democrático da representação, segue os passos de John Stuart Mill, ao distinguir em seu texto as formas apropriadas para formação dos representantes políticos, de forma fortemente atrelada à defesa dos direitos dos cidadãos, evitando colocar à frente desta proposta quaisquer entraves, de ordem política ou ideológica.

Neste sentido, buscar-se-á tentar entender, na proposta deste artigo, a obra política de José de Alencar, respeitando os contextos, histórico e literário, e buscando, acima de tudo, reconstruir a problemática sobre a qual o autor escreve; influências teóricas, fatores políticos e sociais (como a questão da escravidão), traços biográficos e tantos outros componentes que possam ser de enorme importância para a composição de um panorama sobre a obra do autor.

² Neste ponto, o autor se refere aos preceitos da democracia ateniense.

I. Projeto político nacional de Alencar: entre conservadores e liberais

As reverberações vindas de 1822, aliadas a um movimento de distanciamento da caracterização colonial do país, ainda eram sentidas em meados dos anos de 1800. As forças políticas e os movimentos culturais se articulavam e prolongavam neste cenário. E junto ao projeto de constituição da nação brasileira e afirmação nacional, este Brasil serviria de grande inspiração para os trabalhos do nosso protagonista Alencar.

Romancista, crítico e político, José de Alencar atuou em diferentes âmbitos sempre com grande êxito, mas obteve maior prestígio por sua produção literária. Filho de José Martiniano de Alencar, aclamado senador conservador da primeira metade do Século XIX, o jovem cearense desde muito cedo espreitava as discussões políticas e o universo do qual seu pai participava ativamente, (ALENCAR, 2009). De certa forma, esse contato seria um dos fatores para, primeiramente fazê-lo se afastar do plano da prática política, porém mesmo com maior destaque para sua carreira artístico-literária, iniciou sua carreira política, em 1861, na Câmara dos Deputados.

Atuando sempre ao lado do Partido conservador, trilhou uma carreira repleta de polêmicas. A mais conhecida delas travada com o então político liberal, Joaquim Nabuco, teve início com as não muito bem sucedidas encenações de uma das peças de Alencar, “O Jesuíta” (1875), em cujo enredo encontraria a escravidão como um dos principais elementos. A polêmica que se alongou por alguns meses, em alternadas publicações entre os autores no jornal “O Globo”, não traz à tona somente uma discussão sobre esta obra em especial, mas também trazem outros questionamentos quanto às propostas nacionais dos autores, o papel da escravidão na sociedade brasileira e quais os projetos políticos para o futuro do país.

Seus conflitos se propagaram ao longo de sua carreira, e um dos fortes exemplos é a conturbada relação com o Imperador, Dom Pedro II, que para o nosso autor em questão, teria uma injusta e ingênua posição ao não levar em conta suas propostas, como quando da publicação de suas *Cartas de Erasmo* (1865-1866), ou mesmo como no caso da questão de “A Confederação dos Tamoios” (1856). Com a escolha de Gonçalves, pelo então Imperador, para escrita de um poema épico brasileiro, Alencar mostrou-se insatisfeito com a produção e traça suas críticas quanto ao autor e o poema, afirmando que estes seriam de pouca ou nenhuma inspiração já que traziam um olhar ultrapassado do homem branco sobre os índios (BROCA, 1981, p 161). Junto a estes

embates produziu-se uma imagem um tanto amargurada de Alencar, de um homem infeliz e de muitos inimigos, porém, estes são momento de acalorados debates sobre cruciais questões que permearam o século XIX, como as questões da nação e escravidão.

O contexto no qual o autor atuou politicamente reflete as preocupações políticas de um sistema e governo imersos em uma longa discussão sobre a principal questão do momento: a escravidão. Desde 1831 as medidas para barrar o tráfico de escravos ao país foram implementadas, mas somente em 1850 uma nova lei e esforços mais ostensivos consolidariam o início dos movimentos rumo à abolição. O conjunto de fatores econômicos e sociais decorrentes da relação entre Brasil e Inglaterra, que a esta altura já se traduziam em conflitos diretos³, culminaram nesta medida da coroa, trazendo um novo paradigma para a alocação de investimentos econômicos e comerciais. (PRADO, 1983, p 91-92).⁴

No mesmo momento, Alencar entra na Câmara dos Deputados, para o cumprimento de seu primeiro mandato, em meio ao período da chamada Conciliação Partidária (1853-1862) e uma política de reequilíbrio das forças políticas no interior do sistema, após o segundo mais longo gabinete (1848-1853) sob o comando dos conservadores. Temos, desta forma, um contexto político fortemente marcado, primeiramente pelo caminhar do processo de abolição da escravatura, mesmo que a esta altura ainda vagaroso; em segundo lugar, a década de 1860 será marcada então, pela volta dos liberais à câmara que até 1868 comandariam o jogo, trazendo consigo a pauta e questionamentos sobre o sistema político e a instituições, como a questão do Poder Moderador.

Presente desde a sua instauração (1824), o quarto poder do sistema brasileiro é recuperado no debate graças ao reordenamento das forças políticas. Será fonte de discussão também para Alencar que tanto repudiava a apropriação dos poderes políticos e existência dos poderes pessoais.⁵ No caso da monarquia constitucional brasileira, poderes concentrados nas mãos de um governante que concederiam a este caso traços de poder pessoal fundamentado na figura do monarca. Este fato suscitou debates acerca

³Bill Aberdeen, em 1845, e o confisco de navios brasileiros, até mesmo em nossos portos, que estivessem a serviço do tráfico de escravos.

⁴Esses investimentos foram destinados a outras áreas, como a construção de ferrovias. Decorre desta proibição a origem do primeiro código comercial do país. (CARVALHO, 2012, p101)

⁵Poderes pessoais que tentará eliminar, ou minimizar com a reforma eleitoral proposta em “Sistema Representativo” (1868), na tentativa de solucionar o problema da representação política das minorias e outros problemas “do mau governo”.

dos objetivos deste poder, que concentrado na figura una do imperador, desmoralizaria outras instâncias de representação.⁶ Desta maneira, os partidos assistiriam a um cenário de desfiguração da soberania, tendo o povo – a nação – a abdicação de sua própria para entrega-la às mãos deste Imperador (HOLANDA, 1972, p 62).

O caso do país seria de “afirmação crescente do poder pessoal do chefe de Estado que busca emergir todo poderoso da ruína dos partidos” (Ibid., p 63). Com a deturpação dos canais de representação política, a preocupação de autores, como José de Alencar, residia em compreender como uma possível conciliação entre as funções dos poderes Moderador e Executivo poderia coexistir com a organização política centralizada na figura de D. Pedro II. Como representante da nação, o governante tem a função de lidar com as contradições impostas no interior do sistema político, isto é, como indica Alencar (1868), seu projeto, uma vez que instituído um governo de caráter monárquico e parlamentar, cuja premissa maior é a defesa de um governo representativo, deve primar pela sua manutenção. No entanto, mesmo apresentando tantas contradições em seu interior, o sistema político conseguiu se manter, enfrentando sucessivas intervenções imperiais, contradições entre seus princípios políticos, entre suas estruturas econômica e social, etc. Aspectos estes que não são exclusividades brasileiras, mas que ajudaram a construir um peculiar cenário político.

“(…) contradição entre o princípio moderno da soberania popular e o da sanção divina; entre um sistema nominalmente representativo e a carência de verdadeira representação; entre um regime de natureza aristocrática e a inexistência de aristocracias tradicionais; entre um liberalismo formal e a falta de autêntica democracia; finalmente entre uma carta outorgada, de cunho acentuadamente monárquico, e uma constituição não escrita que pende para o parlamentarismo.” (Ibid., 69).

Caminhando agora para o final da década de 1860 e o começo de uma nova década, Alencar é nomeado Ministro da Justiça no ano de 1868, detendo em suas mãos grande responsabilidade administrativa frente aos acontecimentos da época. Em meio à Guerra do Paraguai (1864 – 1870), endereçará ao Imperador suas famosas cartas “Ao Imperador: novas cartas políticas de Erasmo” (1867), cuja finalidade seria de aconselhar

⁶ Sobre a controversa questão do Poder Moderador ver: FAORO, Raymundo. O sistema político do Segundo Reinado. In: _____. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, SP: Globo, 2001. Cap. 10, p 401-472; HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Pássaro e a Sombra. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. Tomo II, vol. 5, p. 57-132.

e direcionar o monarca nas duas principais questões do momento: a guerra e a abolição da escravidão. A segunda questão que nos é mais interessante, tanto por sua extensão como pela sua centralidade na polêmica travada com Nabuco, preenchem as segunda, terceira e quarta cartas da obra. É através de dessas breves páginas que Alencar canalizará seus esforços na defesa de uma política mais lenta de abolição, indicando ao seu nobre interlocutor os caminhos da nação brasileira.

Sobre o “Sistema Representativo” e as ideias para um governo representativo brasileiro

Neste mesmo período, mais precisamente em 1868, José de Alencar publica sua principal obra política, “Sistema Representativo”, na qual inicia suas reflexões com uma espécie de denúncia sobre o estado precário das instituições políticas do país, sujeitas à corrupção, favores e compra de votos, partidos e políticos descomprometidos com o ideal democrático e uma legislação eleitoral ineficiente. Problemas graves a seu ver, pois “(...) um estado não pode desenvolver-se quando seu organismo sofre”. (ALENCAR, 1968, p 07).

O primeiro tema a ser abordado em *Sistema*, é a questão da representação que tem como ponto de partida: a forma representativa democrática de governo e a soberania como um ato de delegação, isto é, a nação e seus cidadãos elegem aqueles que lhes representarão, designados a exercer em nome deles suas respectivas porções de soberania (Ibid., p 14). Este poder – a soberania – é legítimo na medida em que provém da vontade geral da nação; não de uma sobreposição de vontades individuais que se reúnem, mas uma relação complexa na qual cada indivíduo é membro e elemento, e contribui para sua realização. Como Nadia Urbinati indica, trata-se de “uma malha intrincada de significados e interpretações das crenças e opiniões dos cidadãos a respeito de quais são seus interesses” (2006, p 210), não se tratando da “realização arbitrária de escolhas, nem meramente o resultado da barganha entre ambições privadas separadas” (Ibid., p 216), pois assim seria a expressão de preferências privadas, e não a real vontade a ser expressa pelos cidadãos.

O ponto seguinte de discussão, diz respeito ao método de escolha de representantes, que no caso brasileiro, privilegiava a instituição de um governo da maioria. O receio do autor consistia, portanto, no medo da ocorrência de falhas político-institucionais graves e o que isto poderia acarretar, isto é, com o prolongamento desse

domínio para fora do jogo político, tomando conta também das leis e instituições de seu governo. Alencar passará então, a recusar a democracia como sinônimo de unanimidade e, defenderá um sistema que consiga comportar a representação em uma justa proporção de forças, retirando do coletivo seu aspecto tirânico assim como a disparidade de valores em decorrência do quesito quantitativo, pois “(...) medindo a peso e quantidade, suprime-se a individualidade humana, como a personalidade coletiva, para substituir a esse dogma racional a monstruosa absorção de uma parte pela outra” (1868, p 22).

Para o autor, a relação de representação está no cerne do problema político brasileiro, sendo entendida como uma relação de delegação de soberania (Ibid.), mas de modo a compreender um movimento de delegação consciente. Esta, a ser concretizada no momento do voto, reunindo a “vontade geral da nação” sem a usurpação do direito político por parte da maioria. Sobre o exercício desta relação prevê a manutenção do voto como sua expressão, cristalizada juridicamente na soberania nacional e não submetida a vontades pessoais ou individuais, ou mesmo essencialmente majoritárias, ou seja, ao mesmo tempo em que se procura afirmar os aspectos públicos e nacionais, combate-se as estruturas de concentração do poder político. (SANTOS, 1991)

“O cidadão é a partícula da soberania, dirá, e é o voto. Restringir o gozo dessa faculdade implica eliminar todos os direitos sociais também “que nada mais são do que modos do direito primitivo e absoluto, do direito cardeal do voto.” Todo o sistema eleitoral repousa sobre esse dogma da universalidade do voto. O membro de uma comunhão política, qualquer que seja seu estado e condição, tem em si uma molécula de soberania e deve concorrer com ela para o governo de todos por todos. Trata-se de um direito natural, originário, derivado do dogma da igualdade.” (Ibid., p 36-37).

Seu projeto conduzirá a medidas no sistema eleitoral que eliminem ou atenuem os efeitos nocivos desse governo da maioria, buscando reestabelecer os princípios da representação democrática e acrescentando a essa missão a possibilidade de reconstruir um espaço de debate político amplamente acessível. Para o autor, “o parlamento constitui o cérebro da nação, a faculdade pensante de cada opinião, personificada nas melhores capacidades” (1868, p 66) e, é função do representante político executar seu mandato, deliberar e atuar com “lealdade em nome da opinião que personifica”, recorrendo a suas melhores capacidades intelectuais para cumprir o seu dever de “sustentar a comunhão que representa” (Ibid.).

A defesa do voto público, não censitário e submetido a um amplo sufrágio estava nos planos de Alencar na tentativa de recuperar um governo representativo, que a

pouco estivera longe de seus princípios mais democráticos. Contudo, é válido ressaltar que a defesa desses mecanismos democráticos não elimina sua “preferência” pela adoção de um sistema político monárquico constitucional, ou seja, sua proposta vai de encontro a um projeto político nacional ancorado na centralização do poder político, mas com diretrizes descentralizadoras para a administração pública e burocracias. Esse é um dos aspectos que distinguem o autor tanto de políticos e intelectuais de sua época, como de membros de seu próprio partido, pois consegue conjugar aspectos liberais (ideal de progresso e participação política) e conservadores (centralização política e sua posição frente à escravidão) a seu projeto.

Breves ideias sobre a escravidão

Da mesma forma que a representação política tem lugar em seu pensamento, a escravidão aparecerá em seus trabalhos de forma muitas vezes aguda. Sua concepção da escravidão como dado social, permite a articulação das justificações para a adoção deste tipo de mão de obra, já em meio a um contexto que seguirá ao distanciamento da mesma. O autor reitera a importância de sua manutenção em quatro aspectos, como Indica Tâmis Parron (2013): a primeira com relação à cultura e raça, em cuja abordagem elástica do conceito de raça aliada a uma concepção civilizatória da função da escravidão levam à conclusão de que esta seria benéfica, no limite em que propagaria a civilização concomitantemente ao progresso do país. O segundo ponto diz respeito à dimensão político-social, que por meio de um “paternalismo liberal” (p 24) tornariam os escravos e ex-escravos detentores de direitos políticos e inclusive cidadãos.⁷ O terceiro argumento, de ordem econômica, justifica o emprego da mão de obra escrava, pois esta seria essencial ao modo de produção agrícola brasileiro, assim como para a manutenção de seu *status* no sistema econômico internacional. O quarto, e último elemento, está relacionado diretamente a seu projeto político literário, o da formação da nação brasileira, que através da mistura dos povos e do contato com outras culturas, teria sua caracterização primordial.

Como sua proposta de trabalho orbitou em torno de um projeto geral e maior, que integraria seus projetos político e literário, Alencar integra da mesma forma a

⁷ O autor argumentará sobre a relação do escravo e dos direitos políticos quando se refere à ampliação do sufrágio. Os escravos estariam incluídos nas categorias dos incapazes, assim como as mulheres e crianças, que seriam tutelados pelos seus responsáveis (senhores, cônjuges e pais), mas que não teriam seus direitos excluídos. Seriam estes exercidos por outo.

questão da escravidão a esses projetos. Seja na tentativa de caracterizar e demonstrar a estrutura social e cultura brasileiras de seu tempo, em obras como “O demônio familiar” (1857) e “A mãe” (1860), seja no compromisso político com sua pátria. E defende uma postura oposta à de seu adversário Joaquim Nabuco, que quando questionado por ele sobre a presença da escravidão em seus textos, rebate dizendo que como qualquer elemento da realidade social, é necessário ao autor que deseja descrevê-la ou recriá-la em seus trabalhos trazê-la do modo mais real. (ALENCAR, 1965). Observa-se, portanto a presença de uma fluidez no tratar dos temas em suas obras, que como no caso da escravidão, acompanha tanto o cenário de transformações políticas e sociais como o de seus romances e peças.

II. As obras romântico-literárias e o projeto de nação alencariano

De uma grande preocupação com as questões nacionais, suas obras formam o conjunto para seu projeto maior e sua “missão”: a elaboração de seus romances, de suas obras políticas e de sua carreira, como escritor e político, obedecendo a um projeto comum: de formação da nação brasileira. Carreira literária marcada por produções como “O Guarani” (1857) e “Iracema” (1865), cuja narrativa indianista coloca em suas alegorias os elementos políticos e sociais de um país ainda marcado pelo conflito com seu passado colonial, busca assim, uma alternativa às interpretações de um caráter “não nacional”, dando lugar a uma identidade genuinamente brasileira.

No campo teórico-literário, em meio a fortes debates sobre as culturas reflexas (RICUPERO, 2004, p 95) e contexto político-social brasileiro singular, guia seu projeto maior, o da nação brasileira, a partir da integração entre os campos político e literário. Neste contexto, fruto de fatores e movimentos político-ideológicos, pós-revoluções de 1848, a Primavera dos Povos que tomou o mundo e, no Brasil, a Revolução Praieira (1848-1850)⁸, teve-se a certeza de um movimento de busca pelo “nosso”, do fim das experimentações e do crescimento da força para a independência intelectual, como base para um “seguro e permanente progresso” (Ibid., p 100). Aliou este propósito à tarefa do Partido Conservador e sua carreira política junto a ele.

⁸As manifestações não se restringiram ao espaço europeu, atingindo também países como o Brasil aonde as ideias revolucionárias chegaram nutrindo a formação dos intelectuais (ALONSO, 2002, p 53) e o espírito contestador; destaque Pernambuco, um dos importantes centros econômicos e culturais do país, influenciando na chamada Revolta Praieira (1848-1850), contestadora do poder imperial, dada em meio às disputas entre representantes dos partidos conservador e liberal (CHACON, 1981, p 21).

No entanto, é primeiramente, através do romantismo, movimento literário o qual integrou, que partirão os primeiros aspectos de ruptura com a chamada tradição ibérica, pois sem a ruptura no âmbito cultural as mudanças ocorridas pós Independência não teriam seu sentido. Brasilista, como denomina Afrânio Coutinho (1965), Alencar se enquadrava em tendências nacionalizantes (tendência que se aliou a parte do romantismo) com a qual se fez necessário findar a sensação de cópia (RODRIGUES, 2001 p 129) que pairava pelo universo das ideias, afastando-se da Europa e da “herança cristã-greco-romana-ocidental, procurando encarar o Brasil como algo novo, resultante da fusão de elementos distintos, mas que não seria mais nenhum desses elementos isolados, e sim um outro complexo racial, cultural, social, linguístico, literário e histórico” (Ibid., p 8). Já ao final da vida, este tema estará presente no debate travado com o político liberal, de traços internacionalistas, Joaquim Nabuco em que “(...) duas sensibilidades, duas formações literárias, duas concepções do Brasil e da literatura brasileira que se opõem, e, quiçá, se somam” (BROCA, 1965) estão presentes.

De traços nacionalizantes, Alencar atribui à sua obra um caráter *brasileiro*, procurando estabelecer o país como uma singularidade⁹, dotado de seus traços culturais e linguísticos próprios¹⁰. Seus romances possuem um estilo próprio, de criação e reinvenção da língua, rendendo-lhe muitas críticas sobre o estilo de sua linguagem que além de ferir os padrões de um “autêntico vernáculo”, seria dotado de um espírito político retardatário e de “ressentimento pueril contra o Imperador” (ATAÍDE, 1977, p 11). Muitas vezes mal compreendido, tido como um homem ressentido, incomodado com as situações e polêmicas ocorridas, principalmente as que envolviam o Imperador, suas críticas eram tomadas como infantis e se seu projeto nacional, também mal interpretado, permanecia ofuscado.

Ao retomar este projeto, vemos que o tema da nação está presente ao longo de toda a sua obra e todos os seus campos de atuação. Além de seu empenho para dar forças à ideia, o próprio contexto literário favorecia tal missão, de construção de um

⁹ A *singularidade brasileira* sobre a qual Luiz Felipe de Alencastro discorre. _____. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul Séculos XVI e XVII*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

¹⁰“Nestas notas em torno de um José de Alencar que foi, ao mesmo tempo, crítico social, renovador das letras e reformador da língua literária do seu país - e não apenas literato convencional, muito menos beletrista de passo macio, conformado com o meio e satisfeito com as convenções literárias - o que se sugere é apenas o auxílio que à interpretação específica de uma literatura ou da obra ou da personalidade de um escritor de gênio ou simplesmente de talento criador ou renovador, pode trazer a interpretação sociológica e psicológica da cultura e do meio dentro dos quais se tenha desenvolvido, nem sempre passivamente - às vezes até à rebours, - o gênio dêsse escritor ou o espírito dessa literatura” (FREYRE, 1955, p 02).

país livre, no qual intelectuais e autores românticos tinham consciência de seu papel neste processo, como indica Antonio Candido (2000, p 26).

É válido recorrer às reflexões sobre as origens do conceito de nação, na tentativa de compreender a importância da literatura e outros mecanismos, que aliados a ela, contribuem para a formação e manutenção de um sentimento nacional e de pertença. Segundo Anderson, do mesmo modo que este padrão de produção literária surge no Brasil, outras nações – ou futuras nações – também nos apresentam uma interessante articulação entre literatura e processo de formação de nação. Isto se deve ao fato de que a forma *romance* consente a criação de um vínculo imaginário, homogeneização do tempo e a cristalização da ideia de simultaneidade entre os acontecimentos. Permite o cruzamento do espaço físico e ultrapassagem de suas barreiras, formando uma comunidade como “a ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo”, como a exata expressão do que é uma nação, que percorre a história, que a precede e que a ultrapassa (2008, p 56).

Durante o século XIX, o romantismo brasileiro toma a função de mobilizar os elementos que darão origem à tradição de um país, e é com a geração de Alencar que o Brasil moderno seria descoberto (RODRIGUES, 2001, p 127). Em termos mais abstratos, a concepção de Alencar segue este caminho, pois é através de seus romances, com a tentativa de recriar o mito de fundação da nação, ou da nova nação agora *brasileira e de brasileiros* (RICUPERO, 2004, p 165), a partir uma abordagem nativista, mas ao mesmo tempo inovadora (RODRIGUES, 2001, p 130), que rompe com os cânones portugueses que assombravam o país (Ibid., p 136 -138).

A busca, agora, por uma independência estética em relação a Portugal, se materializa através de um novo estilo de escrita, ao se aproximar de temas e de uma linguagem genuinamente brasileiros (CANDIDO, 2002, p 63). Foi ele capaz de transformar a realidade, de resgatar um passado e uma origem indígena sem limitar as heranças socioculturais. Além disso, cria uma linguagem, que enaltece as especificidades do Brasil, reunindo sentimento e elementos físicos e espaciais, como a natureza, de forma excepcionalmente complexa, utilizando-se de *tipos ideais* na tentativa de reproduzir a realidade em seus romances. Decorrente de seus *esforços literários de cunho programático* (RIZZO, 2012, p 268), reuniu em seu projeto “qualidades do nativismo oriundo das experiências de oposição ao domínio português, e as novas ideias de fundação da nação” (RODRIGUES, 2001, p 130). Elabora em conjunto a toda uma geração romântica, o sentido do sentimento nacional, fundindo

história e literatura em um movimento de afirmação do Brasil como nação, através de uma literatura ficcional preocupada em retratar o cotidiano, privilegiar a natureza e o povo brasileiros, sem se afastar da realidade.

“Portanto, o Romantismo brasileiro foi inicialmente (e continua sendo em parte até o fim), sobretudo nacionalismo. E nacionalismo foi antes de mais nada escrever sobre coisas locais. Daí a importância da narrativa ficcional em prosa, maneira mais acessível e atual de apresentar a realidade, quando ao leitor maior dose de verossimilhança e, com isso, aproximando o texto de sua experiência pessoal.” (CANDIDO, p 40).

Quanto aos aspectos políticos da formação da nação, o autor de tradição conservadora, ainda que se denominasse liberal aos moldes ingleses, aproximando-se de John Stuart Mill (RIZZO, 2010), defendia o programa político de unidade nacional em torno de um poder central, neste caso, do Imperador, aliado à defesa de um progresso econômico ancorado na mão-de-obra escrava, uma vez inevitável a um país de grande “atraso” na corrida econômica internacional e seus anseios de nela avançar. E será nessa “(...) “conjunção contraditória” entre capitalismo e escravidão, em cujo núcleo Alencar se instala” (Ibid.) e desenvolve sua teoria, procurando conciliar as especificidades do país, como também as questões relacionadas aos costumes, aos poderes pessoais e outros processos que poderiam se tornar um obstáculo ao progresso de seu projeto político nacional. Sua posição, no entanto, não deve ser definida pela defesa ou condenação de um ou mais aspectos, ou por simplesmente atuar junto ao partido conservador. Suas proposições se dividem, possuem aspectos veementemente conservadores, mas outros totalmente liberais; a defesa de um poder centralizado não determinava um poder infundável da figura do governante e muito menos a escravidão seria uma escolha eterna. O que quero dizer é que Alencar é muitas vezes interpretado sob a ótica de um destes argumentos, restringindo, assim, a análise completa de seu pensamento, pois não se limitaria a ser simplesmente saquarema ou luzia (RODRIGUES, 2001, p 145).

* **

Nestes termos, pode-se perceber que a obra literária de José de Alencar, além de fundamental a movimentos políticos e literários, tornou-se uma das bases, ou uma das formas para concretização do processo de formação da nação brasileira durante o século XIX. A mobilização de sentimentos e elementos da realidade da um tom realista a sua

produção, eu mesmo atrelada ao romantismo, tem seus elementos de um principiante realismo. Suas obras políticas expressam sua grande preocupação com o futuro de uma nação em formação, tratando de problemas de ordem do funcionamento das instituições, da organização política herdada pela colônia e, sempre apontando para a necessidade de um processo de reinvenção. Reinvenção da nação em si mesma, de criação e incorporação de elementos sociais, políticos e culturais na tentativa de firmar-se interna e externamente. Foi um autor e ator político que conseguiu congregiar distintos elementos em seus trabalhos e produziu uma visão um tanto particular, que de sua forma ainda vive no imaginário político e cultural do país.

Bibliografia

ALENCAR, J. (1868.) *Systema Representativo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Edictor.

_____. *Como e Porque sou romancista*. Brasileira USP. Disponível em <
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00176100#page/10/mode/1up>>

ALENCASTRO, L. F. (2000). *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul Séculos XVI e XVII*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

ALONSO, A (2002). *Idéias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra.

ANDERSON, B (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

ATAÍDE, T.(14 de julho de 1977.). “Alencar, esse subversivo”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p 11,

BAUER, O. (2000) “A nação”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Tradução: Vera Ribeiro *Um Mapa da Questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BROCA, B (1981) *Ensaio da mão canhestra: Cervantes, Goethe, Dostoievski, Alencar, Coelho Netto, Pompéia*. São Paulo : Polis; Brasília: INL.

CARVALHO, J. M. (2012) *A construção nacional 1830-1889*.Volume 2. Rio de janeiro: Objetiva, 2012.

CANDIDO, A (2000). *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda.

_____. (2002) *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ SP.

COUTINHO, A (1965). *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.

FREYRE, G. (1955) *Reinterpretando José de Alencar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação.

HOLANDA, S. B. (1972) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. tomo II, vol. 5.

LYNCH, C. E. C. (2010) “O pensamento conservador saquerema” In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (org.). *Revisão do Pensamento Político Conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp.

MILL, J. S. (1983) *Considerações sobre o Governo Representativo*. Tradução de E. jacy Monteiro. 2ª edição, São Paulo: IBRASA.

PARRON, T. (2008) *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra.

_____. *José de Alencar escritos políticos*, Brasileira USP. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/node/417>

RICUPERO, B. (2004) *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes.

RIZZO, R. (2010) “José de Alencar: da literatura à teoria política” In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (org.). *Revisão do Pensamento Político Conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp.

_____. (2012) *Sobre rochedos movediços: deliberação e hierarquia no pensamento político de José Alencar*. São Paulo: Hucitec.

RODRIGUES, A. E. M. (2001) “José de Alencar: O Poeta Aramado – A Letra como Arma no Segundo Reinado”. In: *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. (org.) Lucia Maria Paschoal Guimarães; Maria Emilia Prado. Rio de Janeiro: Revan: UERJ.

SANTOS, W. G. (1991) *Dois escritos democráticos de Jose de Alencar: O sistema representativo, Reforma eleitoral*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 1991.

URBINATI, N.(2006) “O que torna a representação democrática?”. In: *Lua Nova*, nº 67, São Paulo, pp. 191-228.